



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

153
163

Segunda Câmara Cível
Apelação Cível n.º 93537-1
Apelante: Banco ABN AMRO Real S/A
Apelada: Maria Renata Leite Monteiro
Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

EMENTA: RESPONSABILIDADE CIVIL. SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. INSCRIÇÃO INDEVIDA. ATO ILÍCITO. INDENIZAÇÃO. APELO. IMPROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME. A inscrição e/ou permanência indevida nos cadastros de restrição ao crédito (CCF, SPC e SERASA) gera a obrigação de indenizar. Verba indenizatória arbitrada em conformidade com os parâmetros da razoabilidade e da proporcionalidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 93537-1, tendo como apelante Banco ABN AMRO Real S/Ae como apelada Maria Renata Leite Monteiro. ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara Cível, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos dos votos e notas taquigráficas em anexo, os quais ficam fazendo parte integrante deste.

Recife, 09 de 12 de 2009.

Des. Jovaldo Nunes Gomes
Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

159P

164

Segunda Câmara Cível
Apelação Cível n.º 93537-1
Apelante: Banco ABN AMRO Real S/A
Apelada: Maria Renata Leite Monteiro
Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

Adoto o da sentença de fls. 73/76, o qual passo a ler.

Acrescento que o Juiz julgou procedente o pedido, condenando o banco réu na importância de R\$ 10.075,05 (15 vezes o valor do cheque de R\$ 671,67) a título de danos morais, bem como nas custas processuais e honorários advocatícios de 20% sobre o valor da condenação.

O Banco Réu apelou (fls.81/92), pugnando pela reforma da sentença. Para tanto, alegou que (fls.84): "(...) não subsiste qualquer responsabilidade do Banco Apelante ao pagamento da indenização pleiteada pela Apelada e fixada na sentença ora recorrida, tendo em vista não ter sofrido a mesma danos que justificassem a sua pretensão, já que a situação foi regularizada com a restituição de todos os valores cobrados equivocadamente".

Pugnou ainda, para eu fosse afastado o ônus da sucumbência.

Apelação adesiva (fls.114/117) declarada deserta às fls.129.

Contra-razões às fls. 119/127.

É o relatório. À Douta Revisão.

Recife, 22 de novembro de 2006.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
JUÍZO DE DIREITO DA SEXTA VARA CÍVEL DA CAPITAL

73
165

AÇÃO: ORDINÁRIA DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS.

AUTOR: MARIA RENATA LEITE MONTEIRO.
RÉU: BANCO REAL S/A.

PROCESSO nº001.1997.043940-8.

SENTENÇA Nº 028 /02.

Vistos, etc.

MARIA RENATA LEITE MONTEIRO, brasileira, solteira, estudante universitária, inscrita no CPF/MF sob n.º 022.087.424-78, residente e domiciliada na Rua Alice de Azevedo, 119 - Centro, Jaboatão dos Guararapes- PE , por intermédio de seus advogados ingressou com a **AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS**, contra **BANCO REAL S/A**, Agência Boa Viagem – Recife, PE, estabelecida na Avenida Domingos Ferreira, nº3042, bairro de Boa Viagem, nesta cidade, aduzindo, em síntese, o seguinte:

Que, no dia 05 de novembro de 1996, a Autora emitiu um cheque nº010.165, no valor de R\$671,67, sacado contra o Banco Real S/A, agência Boa Viagem (ora Réu), para o pagamento de uma fatura da CREDICARD S/A, junto a Agência da Caixa Econômica Federal do Jaboatão dos Guararapes, o qual foi compensado e devolvido por erro formal na cártula e nunca por falta de previsão de fundos, tanto assim, que a Caixa Econômica lhe convidou para a substituição daquele documento;

Que, quando da devolução do cheque a Autora, pela Caixa Econômica Federal, foi imediatamente destruído, evidentemente, é um procedimento comum para evitar que houvesse seu extravio;

Que, o Réu tem o dever de microfilmá-lo, conforme a legislação atual;

Que, mesmo tendo saldo em sua conta corrente, os cheques emitidos eram devolvidos, sem o menor respeito, e o que é mais grave, na sua imprudência cadastra a Autora no CCF, SPC e SERASA;

Que, malgrado o transtorno que passou a Autora, tendo, pedido, aliás, que fosse promovido os acertos contábeis antes que novas cobranças (indevidas) fossem feitas. Desatendida e maltratada o Réu não lhe deu as devidas considerações, vindo a Suplicante a sofrer injustas e ameaçadoras cobranças no comércio, pela inconseqüente devolução de outros cheques emitidos, pelo que faz provas através das cartas anexas aos autos;

Que, com os atos praticados e o firme propósito do Réu em denegrir a imagem da Suplicante, sem quaisquer motivos que possam justificar tamanho desrespeito, se havia saldo na conta;

166
74

Que, os "decisum" pretorianos tem entendido que a devolução impropriedade de cheque e a injusta inclusão em qualquer órgão quer seja SPC, CCF ou SERASA, em sendo por negligência venha afetar a dignidade da pessoa, atingindo a esfera moral do cidadão, tem cabimento a reparação por danos morais, independentemente dos danos patrimoniais;

Que, resta provado, pela documentação trazida para apreciação de V. Ex.a, que não se trata de especulação, muito pelo contrário, a Autora comprova as agressões sofridas. Tanto se faz que a empresa Ré, por ato unicamente de sua responsabilidade, procedeu indevidamente a devolução dos cheques nºs. 010169, 010019, 010125, 010167, 010173, 010206 e 010217, e inconseqüentemente inflama a imagem da Autora como pessoa caloteira, incluindo o seu nome como emitente de cheques sem fundos, além de posteriormente manchar sua reputação ao inscrevê-la no CCF e no SERASA;

Que, requer que o Réu seja condenado ao pagamento de indenização por danos morais, no valor equivalente de 5.000 (cinco mil) vezes o maior salário mínimo vigente no país. Requer, ainda, a antecipação da tutela jurisdicional, em razão da lei nº8952/94, art.273, I. que seja o mesmo citado, na pessoa do seu representante legal, para querendo, contestar no prazo da lei, sob pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato;

Que, protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito permitidos, notadamente pelo depoimento pessoal do representante legal da empresa Ré, juntada de novos documentos, ouvidas de testemunhas, exames periciais, vistorias, etc.

12 a 30.

A Exordial veio acompanhada dos documentos de folhas

Pagas as custas, o Juiz despachou e mandou citar o Réu para contestar em quinze (15) dias, deixando para apreciar o pedido de tutela antecipada, após a resposta.

Foi expedido o mandado de citação, o qual foi juntado às fls.35, consta às fls.35 verso, da certidão do Oficial de Justiça, onde certifica que citou o Banco Réu.

Às fls.37 a 45, a parte Ré, ingressa com sua contestação e junta documentos de fls.46 a 53, e diz:

Que,; impropriedade a pretensão da Autora sendo a mesma carecedora de ação;

Que, o Banco efetuou o lançamento de um débito na conta corrente mantida pela Autora junto a agência Boa Viagem, o que implicou segundo as alegações da Autora na devolução de sete (07) cheques de sua emissão por insuficiência de fundos;

Que, o lançamento contábil mencionado pelo Banco/Réu, por equívoco foi retificado com a restituição em favor da Autora do crédito correspondente ao valor debitado pelo Banco/Réu, restituído as taxas, juros e descontos cobrados, regularizando a situação da Autora junto ao CCF, restabelecendo todos os privilégios, tanto isto é certo que continuou a Autora manter relacionamento normal com o Banco/Réu;

Que, o Banco/Réu ficou surpreso com a pretensão da Autora pois não agiu com dolo ou culpa, não subsistindo qualquer responsabilidade do Banco tendo em vista não ter sofrido a Autora danos que justificasse a sua pretensão, não tendo concorrido o Banco com qualquer modalidade de culpa;

167 75
Zanoni, C. S. Silva

Que, não é verdade ter o Banco/Réu agido sem respeito e cuidado, pois esta afirmação dita pela Autora não condiz com a própria prova apresentada nos autos pela mesma quando juntou várias cartas comprobatórias do aviso pelo Banco/Réu da devolução dos cheques e de sua inscrição no CCF, uma delas com data de 23.11.96, data bastante anterior ao alegado constrangimento ocorrido no SUPERBOX, em 30.11.96, onde afirma a Autora na peça inicial que não sabia da existência de qualquer problema;

Que, a Autora agiu de má-fé pois tinha conhecimento do fato ao fazer prova no SUPERBOX, bem como é prática constante da Autora passar cheques sem provisão de fundos, acha vista que em um período de cerca de um ano e tres meses foram devolvidos cerca de vinte (20) cheques de emissão da Autora sem numerário correspondente, tendo iniciado esta ocorrência em maio/96, bem antes dos fatos aqui impugnados, tendo a última ocorrência se verificado em 25.08.97, conforme consulta de devolução de cheques anexa;

Que, a pretensão da Autora é completamente descabida pelo que requereu a extinção do feito sem julgamento do mérito e superada a preliminar, no mérito seja descabida a ação pois a pretensão da Autora não condiz com a realidade ou censo de justiça, inclusive o "quantum" indenizatório pleiteado constitui um verdadeiro enriquecimento sem causa, e, ainda a Autora é estudante, não possui fonte de renda expressiva e tem pouco status financeiro e social para que pudesse ter tamanho abalo de crédito ou ordem moral;

Que, não cabe antecipar a tutela em decorrência da irreversibilidade do provimento;

Que, por fim pede pela improcedência da ação em face da inexistência de qualquer das modalidades de culpa, como da existência de dano moral, elementos essenciais ao nexo de causalidade.

Às fls.54, consta da certidão do Cartório, intimando a parte Autora para falar sobre a contestação e documentos, tendo sido publicado no Diário Oficial da Justiça.

Às fls.55 a 57, a parte Autora fala sobre a contestação e documentos.

Às fls.58, vindo os autos conclusos, o Juiz despacha e determina que seja designado audiência do artigo 331 do CPC.

Às fls.58 verso, a Secretaria, marca a audiência para o dia 20.04.99, às 14:30 horas. Foi publicado o despacho e a designação.

Às fls.60/61, a parte Autora, atravessa petição e junta substabelecimento.

No dia aprazado, foi instalada a audiência (fls.63), tendo comparecido as partes e seus respectivos advogados. Foi aberto o espaço conciliatório, não houve possibilidade de acabar com o litígio, tendo o advogado da parte Ré apresentado instrumento de procuração, substabelecimento e carta de preposição (fls.64 a 66). Embora a audiência tenha sido designada com fulcro no artigo 331 do CPC, cumprida a exigência preliminar da conciliação, não há impedimento para que, em decorrência do que já se encontra nos autos resolva julgar antecipadamente a lide, tendo ficado intimadas as partes.

Às fls.69 a 71, foram juntados os mandados.

devido acúmulo de serviço.

Conclusos os autos, só nesta data passo a decidir

É O RELATÓRIO.

Em primeiro plano não pode ser acatada a preliminar de carência de ação com base no disposto no artigo 267, inciso VI, pois o pedido é juridicamente possível existindo interesse em decorrência do fato em que foi envolvida a parte Autora a qual tem legitimidade para pleitear em Juízo.

Quanto ao mérito, deve-se observar que o próprio Banco/Réu em sua resposta confessa que lançara contabilmente o débito na conta da Autora por equívoco, o que de logo se presume que ocorrera o ato por ação consciente.

Quanto a este fato, como se pode ver pelo extrato de fls.25, o Banco/Réu tirou pelo estorno o valor de R\$671,67, da conta corrente da Autora, o que sem dúvida veio provocar a descompensação em relação a outros cheques que iam sendo lançados.

A prova de que ocorrera o estorno, conforme extrato acima mencionado bem como que fora compensado o outro cheque emitido em substituição ao devolvido por erro formal conforme se pode constatar pelo lançamento nesse extrato do cheque compensado no dia 11.10.96, no valor de R\$671,67, cujo o documento é o de nº010171.

Neste referido extrato de fls.25 e verso referente ao mês de novembro/96, não existe após o estorno qualquer lançamento de crédito neste valor em favor da Autora pelo Banco/Réu, o que de certa forma vem ratificar o que fora dito na atrial, pois em decorrência deste fato, outros cheques foram devolvidos por não ter sido creditado aquele valor, que a Autora acreditava que se encontrava em sua conta corrente.

Portanto, existe o nexu causal entre o ato e o fato ocorrido, estando presentes a relação de causalidade entre a injuridicidade da ação e o mal causado, ou melhor dizendo, com as palavras do ilustre Rui Stoco, em sua Obra sobre Responsabilidade Civil, fls.59, Editora Revistas dos tribunais, ao falar sobre o nexu causal, citando "DEMOGUE" que, usou a expressão: **"é preciso que esteja certo que, sem este fato, o dano não teria acontecido. Assim, não basta que uma pessoa tenha contravindo a certas regras; é preciso que sem esta contravenção, o dano não ocorreria"**(Traité des Obligations en général", vol. IV, n.66).

(Não resta dúvida de que o BANCO foi negligente, ou seja, foi descuidado, bem como inconveniente e impróprio, agindo, portanto, também com imprudência, pelo que é culpado do ato ofensivo a honra e a moral da Autora.

Segundo, Aguiar Dias: **"A culpa é a falta de diligência na observância da norma de conduta, isto é, o desprezo, por parte do agente, do esforço necessário para observá-la, com resultado, não objetivado, mas previsível, desde que o agente se detivesse na consideração das conseqüências eventuais da sua atitude"**.



169
160 p

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

Segunda Câmara Cível
Apelação Cível n.º 93537-1
Apelante: Banco ABN AMRO Real S/A
Apelada: Maria Renata Leite Monteiro
Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO - MÉRITO

Trata-se, como visto no relatório, de apelo contra sentença proferida na ação de reparação de danos morais (Proc. nº 001.1997.043940-8) na qual a parte ré/apelante foi condenada a pagar indenização por ter praticado ato ilícito, este consistente na inclusão indevida do nome da autora/apelada nos órgãos de restrição ao crédito (CCF, SPC e SERASA).

Ao fundamentar a condenação imposta, o Douto Juiz Sentenciante destacou o seguinte (fls.76):

"Quanto ao mérito, deve-se observar que o próprio Banco/Réu em sua resposta confessa que lançara contabilmente o débito na conta da Autora por equívoco, o que de logo se pressume que ocorrera o ato por ação consciente. Quanto a este fato, como se pode ver pelo extrato de fls.25, o Banco/Réu tirou pelo estorno o valor de R\$671,67, da conta corrente da Autora, o que sem dúvida veio provocar a descompensação em relação a outros cheques que iam sendo lançados. A prova de que ocorrera o estorno, conforme extrato acima mencionado bem como que fora compensado o outro cheque emitido em substituição ao devolvido por erro formal conforme se pode constatar pelo lançamento nesse extrato do cheque compensado no dia 11.10.96, no valor de R\$671,67, cujo o documento é o de nº010171. Neste referido extrato de fls.25 e verso referente ao mês de novembro/96, não existe após o estorno qualquer lançamento de crédito neste valor em favor da Autora pelo Banco/Réu, o que de certa forma vem ratificar o que fora dito na atrial, pois em decorrência deste fato, outros cheques foram devolvidos por não ter sido creditado aquele valor, que a Autora acreditava que se encontrava



172 161 P

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

em sua conta corrente. Portanto, existe o nexo causal entre o ato e o fato ocorrido, estando presentes a relação de causalidade entre a injuridicidade da ação e o mal causado(...). Não resta dúvida de que o BANCO foi negligente, ou seja, foi descuidado, bem como inconveniente e impróprio, agindo, portanto, também com imprudência, pelo que é culpado do ato ofensivo a honra e a moral da Autora".

A controvérsia, portanto, refere-se ao fato de se saber se está ou não caracterizada a responsabilidade civil do Banco Apelante e, em caso positivo, se o valor da indenização fixado na sentença do 1º grau, é justo ou não.

Analisando os autos, verifico estar suficientemente comprovada a responsabilidade civil do réu pelo dano moral sofrido pela autora, em face de sua falta de diligência na observância da norma de conduta, agindo de forma imprudente quando lançou o nome da apelada no rol dos maus pagadores (CCF, SPC e SERASA) sem que a mesma tivesse contribuído para tanto, razão pela qual resta configurado o seu dever de indenizar.

É sabido que a inscrição e/ou permanência indevida do nome do contribuinte ou consumidor nos cadastros de inadimplentes fere a sua imagem e gera danos na esfera moral suscetíveis de reparação.

Nesse sentido já há, inclusive, entendimento sumulado desta Corte:

"Súmula 17. A Instituição bancária ainda que na qualidade de simples mandatária do sacador, responde por dano moral quando, tendo ou devendo ter ciência da quitação da dívida."

Quanto ao montante indenizatório, cuido que o mesmo guarda simetria com os parâmetros da razoabilidade e da proporcionalidade. A indenização por dano moral deve atender as circunstâncias do fato, a sua repercussão, a intenção do ofensor e as condições do ofendido.



171 162p

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

A verba indenizatória deve servir para compensar a ofensa sofrida, não podendo chegar ao extremo de caracterizar um enriquecimento sem causa; tem ela caráter pedagógico no sentido de inibir a prática de atos semelhantes.

Levando em considerações todos esses aspectos, entendo razoável e proporcional ao dano suportado a pena indenizatória arbitrada no ato sentencial.

Desta forma, entendo acertada a decisão recorrida e, para mantê-la adoto os mesmos fundamentos.

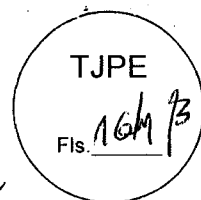
Ante o exposto, o meu voto é no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, mantendo-se incólume a decisão vergastada.

É como voto.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



172

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 93537-1 - 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO RECIFE

RELATOR: DES. JOVALDO NUNES GOMES
REVISOR: DES. CÂNDIDO J. F. SARAIVA DE MORAES
APELANTE: BANCO ABN AMRO REAL S.A.
APELADA: MARIA RENATA LEITE MONTEIRO

V O T O D E R E V I S Ã O

Cuida-se de Apelação interposta contra sentença (fls. 73/79) que julgou procedente o pedido de indenização por danos morais, fixando-a em R\$10.075,05 (dez mil, setenta e cinco reais e cinco centavos) - equivalente a 15 (quinze) vezes o valor do cheque devolvido -, e condenou o Apelante ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da indenização.

Nas razões do recurso (fls. 82/92), o Apelante tenta justificar o lançamento contábil indevido efetuado por ele na conta da Apelada ao argumento de que realiza ilimitada quantidade de lançamentos diários, tendo, porém, retificado o equívoco oportunamente, com a respectiva restituição do valor, e que, à data da propositura da ação, não constava restrição no nome daquela.

Aduz a inexistência de má-fé em sua conduta e a ausência dos requisitos da indenização por dano moral e material.

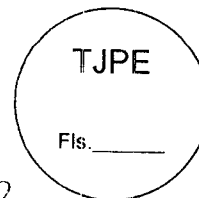
Pugna pela improcedência do pedido inicial; sendo superando, pela redução do *quantum* indenizatório e pelo afastamento dos ônus sucumbenciais.

AC 93537-1 - 14-10/9

C
1



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Apelação adesiva (fls. 114/117) declarada deserta (fls. 129).

Às contra-razões (fls. 120/127), a Apelada alega que o Apelante demorou muitos meses para fazer as retificações, pugnando, ao final, pela manutenção da sentença.

Compulsando os autos, verifico assistir razão à Apelada em seu pleito indenizatório, posto que a segunda via de seu extrato bancário (fls. 25/26) demonstra a compensação do cheque nº 165, no valor de R\$671,67 (seiscentos e setenta e um reais e sessenta e sete centavos), seguida de devolução por erro formal e estorno.

Do mesmo documento consta a compensação do cheque de nº 171, de igual importe, dado em substituição ao primeiro. Não se verificando nenhum lançamento de crédito em favor da Apelada, sua conta restou sem provisão de fundos, acarretando a devolução de outros cheques (fls. 14/17), e a consequente inscrição de seu nome nos cadastros do CCF (fls. 13), conforme aduzido na contestação (fls. 38), advindo daí o dano moral, pois os fatos demonstrados ultrapassaram o mero aborrecimento.

Ante todo o exposto, **NEGO PROVIMENTO AO APELO**, mantendo a sentença em todos os seus termos.

É como voto.

Recife,

09/12/09
[Assinatura]
Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Revisor